

O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades

Geder Luis Parzianello¹,

Resumo: O que e como podemos entender contemporaneamente enquanto fenômeno do populismo em termos universais é a questão central deste artigo. Busca-se elencar proximidades e contradições entre as práticas políticas do candidato eleito presidente, Jair Bolsonaro e as concepções teóricas de Ernesto Laclau sobre o fenômeno do populismo. O objetivo da análise foi o de identificar o discurso do presidente e sua atuação política enquanto eventualmente populista. O artigo conclui que Bolsonaro apresenta aproximações, mas também se afasta do que se poderia entender como populismo a partir da matriz teórica que nos fundamenta a investigação.

Palavras-chave: Populismo; Bolsonaro; Ernesto Laclau

¹ Geder Luis Parzianello, gederparzianello@yahoo.com.br. Doutor em Comunicação com Pós-doutorado em *Medienwissenschaft* pela *Universität Paderborn*. Professor *Gasprofessur* na *Universität zu Köln* e Professor Associado III da Universidade Federal do Pampa e pesquisador visitante convidado da *Università di Roma*.

Abstract: What and how we can understand contemporaneously as a phenomenon of populism in universal terms is the central issue of this article. We seek to list the proximity and contradictions between the political practices of the elected president, Jair Bolsonaro and Ernesto Laclau's theoretical conceptions of the phenomenon of populism. The objective of the analysis was to identify the president's speech and his political performance as eventually populist. The article concludes that Bolsonaro presents approximations, but also departs from what could be understood as populism since the theoretical base that underlies our present research.

50

Keywords: Populism; Bolsonaro; Ernesto Laclau

Introdução

O governo Bolsonaro iniciou-se em 1 de janeiro de 2019, com a posse do 38º presidente eleito do Brasil. O então candidato, Jair Bolsonaro, havia feito uma campanha relativamente tímida, com ausência nos debates entre os candidatos e centrado no diálogo com seus eleitores por redes sociais. Sua principal plataforma foi o combate à violência no país e a derrubada da esquerda do poder, pelo que conquistou o voto da maioria apertada entre os eleitores no segundo turno: Bolsonaro, candidato de oposição ao governo, teve 55,1% dos votos válidos, contra 47% de seu principal adversário político, o candidato situacionista e de esquerda, Fernando Haddad.

Em seu discurso de posse, em Brasília, Bolsonaro se dirigiu à nação, usando a palavra “povo”, ao comunicar-se na Esplanada dos Ministérios com mais de 115 mil pessoas, sem contar os que o acompanhavam por transmissão via satélite e pela internet, dentro e fora do Brasil. Nos dois primeiros discursos que Bolsonaro proferiu, ele reviveu a retórica da sua campanha: uniu a sua bandeira eleitoral com o destinatário imaginário de seu discurso e enunciou ser aquele “o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”.

Seria Bolsonaro, por isso, um populista? A mera marca discursiva de direcionamento de discursos ao “povo” é suficiente para um enquadramento dessa natureza? O que torna, afinal, um governo ou outro populista ou mais populista ou menos populista que outros? Existiriam vários tipos de populismos? Há uma diferença, afinal, entre o populismo de governos já praticados na América Latina e destes em relação aos governos de outras partes do mundo? São muitas as perguntas. A maior parte delas é bem possível respondermos sem maior hesitação, amparados em trabalhos reconhecidos internacionalmente sobre populismo como foi a obra do argentino Ernesto Laclau e que nos serve de principal referência teórica neste artigo.

Desde nossa hipótese de pesquisa, organizada de forma assistemática, pensávamos haver um antagonismo entre a ideia de populismo presente na Ciência Política e o discurso do presidente eleito e sua forma de governar. Essa nossa concepção tem suas raízes no que sabemos e entendemos por populismo desde a conceituação fortemente trabalhada por Ernesto Laclau com seus trabalhos na

Escola de Essex, na Inglaterra, e que desafiam a tradição da compreensão clássica em torno do fenômeno populista.

Entendido por sua lógica política, o conceito de populismo, na tradição de Laclau, não reforça a compreensão clássica e pejorativa historicamente dada ao termo. Populismo, para nós, não tem mais a ver com a mera formalização retórica de um líder político, mas, encontra uma forte relação, entre suas marcas discursivas e os anseios da população, tidos como demandas, de modo a compreender que o populismo exigirá, na tradição pós-estruturalista em que se situa Laclau, uma abordagem contextual do fenômeno.

Com efeito, a clássica distinção social entre ricos e pobres, e entre elite e plebe, e que colocava o populista como um líder ao lado do povo, já não parece responder, há muito tempo, de modo suficiente, para a adequada descrição dos fatos sociais, políticos ou mesmo econômicos. Hoje, o populismo tem muito mais a ver com o modo como os discursos se articulam em torno dos anseios da população que como ideologia ou estratégia retórica de direcionamento ao povo, para o povo e em nome do povo, que tão fortemente marcaram governos ditos populistas, na visão clássica do termo.

A contribuição de Laclau

Ernesto Laclau (1935-2014) estudou o populismo desde os anos 70 e por pelo menos quase três décadas. Em *A Razão Populista* (2003), ele chamou atenção para o engano que entendia existir entre populismo e demagogia. Entendia que era uma forma negativa de descrever e compreender o fenômeno político quando limitado à associação ao discurso demagógico. Era preciso, segundo o autor, apontar para a realidade social em que o populismo era expresso, mais do que apenas para a retórica de um líder ao dirigir-se à nação.

Laclau quis perceber o populismo a partir da articulação do povo em sua multiplicidade (não enquanto categoria homogênea, massiva, amorfa e sem opinião, meramente manipulável), mas, enquanto conjunto naturalmente conflitante de demandas, anseios e expectativas. Sua percepção teve origem justamente no peronismo da Argentina, sendo ele próprio um argentino, radicado na Inglaterra. As demandas comuns surgidas deste antagonismo pluralista se colocavam como alternativa ao poder hegemônico e isso foi o que constituiu, em última análise, o caráter populista para Laclau.

A compreensão de Laclau excede o limite apenas colocado entre esquerda e direita quando pensado o fenômeno político do populismo. Excede também a ideia de que o populismo deva ser tão somente uma classificação tipológica de política. Sua obra refez o percurso histórico na literatura sobre populismo e identificou preconceitos nas tipologias acadêmicas que descreveram o fenômeno, sem que elas fossem capazes de reconhecer o caráter dinâmico da política e a essência dela no próprio populismo.

Uma das contribuições que Laclau trouxe em *A Razão Populista*, para refletir acerca do populismo, se encontra no pensamento de Jacques Rancière, justamente no que diz respeito à compreensão da unidade que a ideia de povo suscita na tradição grega democrática, mas que, a bem da verdade, trata-se apenas de uma parte reivindicando ser o todo.

Rancière retomava Aristóteles para pensar a classificação tipológica de comunidade, apontando que na classificação aristotélica não havia suficiente coerência diante do modelo geométrico pensado sobre “povo”. Aproximando-se da compreensão de Rancière, Laclau chega a admitir dois aspectos em que o seu entendimento e o daquele autor se aproximam: a ênfase de que a parte funciona exatamente como um todo e a noção de que uma classe não é exatamente uma classe. Vejamos cada uma destas duas aproximações.

Primeiro, ao expressar a ideia desta relação entre o todo e as partes, o pensamento de Laclau e por extensão o de Rancière se afinam com uma tendência que ainda era bastante forte na Europa, nos anos 70, pelo menos, de explicação da realidade pela perspectiva psicanalítica, dadas todas as influências deixadas por Freud e seus seguidores. Mas não só isso. A própria psicologia da Gestalt, que estudara a psicologia da forma a partir de trabalhos como de Max Wertheimer (1880-1943) e também de Kurt Koffka (1886-1941), Kurt Lewin (1890-1947), e Wolfgang Köhler (1887-1967) se colocam como base para novos entendimentos. O todo é maior do que a soma das partes que o constituem. Tal axioma, presente nestes autores, vai ser essencial à compreensão sobre povo na ciência política contemporânea.

Com efeito, houve decisiva influência da Psicanálise em todo o pensamento pós-estruturalista e não apenas nos trabalhos de Laclau e seus contemporâneos. Havia uma visível interferência das descobertas no campo da terapia psicanalítica sobre a forma na percepção humana, que cabiam na descrição de mundo de boa

parte dos campos de produção do saber na ciência do século XX. Sabemos que somos sempre produto do pensamento de um tempo e um lugar. Era natural que a Psicanálise acabasse infiltrada nas novas ciências e nos questionamentos que se organizavam por toda a Europa, principalmente. O fascínio de que a mente define a realidade e não existe uma realidade dada por si mesma, despertou novos paradigmas em diferentes domínios da ciência e fez surgir muitos desdobramentos que derrubaram clássicas verdades.

Conforme Laclau (2013, p.347), a segunda aproximação que ele reconhece com Rancière, relativamente a uma classe não ser uma classe, encontra-se justamente nesta dimensão da capacidade de releitura do real, diferente daquela particularidade que se determinava pela exclusão do universal e que ele, Laclau, chama em seu trabalho de “vacuidade” (idem). Assim, para Laclau, as lutas de classe são lutas universais e isso se deve ao seu simbolismo que transcende a sua particularidade. De certo modo, a inclusão reclamada por parte das mulheres em relação ao voto não é distinta da exclusão dos imigrantes sem documentação e incapacitados para encaixarem-se em normas para o trabalho. Nos dois exemplos, a subjetividade política os identifica. Da mesma forma, por mais que exploremos o fenômeno do populismo num particular, como aqui no circunstancial da eleição e primeiro ano de mandato de Bolsonaro como presidente, o singular funciona apenas como entrada para pensar o universal.

Foi por meio de argumentos como estes que Ernesto Laclau tratou do que pareceu definir como uma contabilidade em torno da categoria do popular. Na totalidade do sistema, dizia ele, “é preciso dar um passo a mais (...): explorar quais são as formas de representação que podem surgir da incontabilidade”. (LACLAU, 2003, p.348).

A percepção sobre o político

Necessário afirmarmos que não se trata de utilizar de forma instrumental o arcabouço teórico de Ernesto Laclau construído ao longo de uma vida para avaliar mecanicamente a co-relação com fenômenos políticos que são, em verdade, absolutamente transitórios. O uso que se faz aqui da materialidade discursiva e política do discurso do presidente Bolsonaro e seu governo nas contingências em que ocorreu seu primeiro ano de mandato, é meramente um recurso para pensar

universais em torno de algo mais amplo que a casuística relação personificada de quem esteja no poder.

Não fosse isso, seria como usualmente se diz, o mesmo que pegar bazuca para matar mosquito. O pensamento de Laclau não serve como instrumento a ser aplicado na classificação da realidade empírica, seja ela qual for. Seu estrato teórico é muito maior que essa visão instrumentalista. No entanto, por meio de suas concepções, e apenas através dele, mas não no sentido de testar seu plano de ideias, é que nos lançamos ao desafio de buscar compreender as marcas discursivas de um governo como o recentemente eleito no Brasil. Essa nossa intenção se deve ao elemento histórico em que parece estar configurada a tradição de certo populismo na América Latina, que também merece ser ainda melhor estudado e compreendido, sobretudo, com os recentes episódios eleitorais na Argentina e no Uruguai, ao final de 2019 e as crises da Venezuela e da Bolívia no mesmo ano, ou alguma associação qualquer que se consiga estabelecer com o ressurgimento da força política de direita em toda Europa e nos Estados Unidos.

Colocada assim, no seu conjunto, essa realidade emoldurada nos oferece ainda mais decisivamente a ideia de que o fenômeno do populismo se trata de um universal, e não propriamente de um particular. Grupos diferentes sejam eles quais forem e suas experiências nas diversas culturas e nacionalismos, ou quais forem suas ideologias, parecem disputar de fato lógicas equivalentes em fronteiras antagônicas e dar o desenho de uma reconfiguração ao conceito de povo, às demandas sociais que fundam a política e à forma como seus líderes respondem a elas. As vontades coletivas não são lutas de classe para estes dois autores: Laclau e Rancière. Para ambos, o povo é protagonista da política, e povo não tem nada a ver nem com os trabalhadores, nem com os pobres, como quis a tradição sociológica marxista.

O povo é justamente uma unidade em que sua forma é maior que a soma das partes. Será preciso, no entanto, uma nova forma de pensar para que se possa intuir sobre estes conceitos em ebulição desde a perspectiva de Ernesto Laclau. Nas palavras do próprio autor, “é necessário reconceituar a autonomia das demandas sociais, a lógica de sua articulação e a natureza das entidades coletivas que delas resultam” (LACLAU, 2013, p.353). Essa habilidade ou competência não tem sido facilmente exercida por cientistas sociais, haja vista, por exemplo, a dificuldade sentida para a compreensão do movimento ocorrido no Brasil em

junho de 2013, com expressivas manifestações populares sem uma liderança específica, sem uma causa determinada, voltadas a um conjunto heterogêneo [de povo], de direita e ao mesmo tempo de esquerda, cujas demandas eram tantas e tão heterogêneas que a unidade do movimento se configurava verdadeiramente maior que a soma das partes. E nunca completa. Pouco se soube explicar à época o que estava acontecendo. Cientistas sociais ficaram perplexos diante do novo fenômeno. Somente uma nova racionalidade, um pensamento complexo, no dizer de Morin (2000) pode acionar novas compreensões sobre o heterogêneo e contraditório das realidades e que se fazem hoje tão absolutamente necessárias.

Laclau, aliás, vai conceber a heterogeneidade na conceituação de povo, mas não pela multiplicidade ou pelo mero pluralismo de vozes e demandas, o que seria razoável se pensar. Para ele, a heterogeneidade se dá muito mais pela incompletude de que falamos há pouco, à medida que a noção de povo é para ele sempre um conjunto deficiente, em que algo sempre “falta”. Foi a Psicanálise com a ideia freudiana da força da ausência sobre a volitude e os sentidos que levou os pós-estruturalistas a reconhecerem, em diferentes campos, da Linguística à Ciência Política, aquilo que a Psicanálise concebera: a falta é sentida porque a ausência é presença. A unicidade escreve Laclau, “se mostra através da sua própria ausência” (LACLAU, 2003,p.317).

A seguir, veremos como se deu o desdobramento discursivo político da entrada do governo Bolsonaro e algumas de suas expressividades políticas discursivas e contextuais em relação a demandas sentidas ao longo deste primeiro ano do seu mandato. Cumpre que se busque compreender a percepção sobre o fato político na perspectiva a superar a franca ideia pejorativa de que populismo seja uma marca de quem se dirige com certos enunciados ao povo, pelo que na tradição sempre se confundiram as fronteiras entre marcas do populismo com o emprego de retóricas demagógicas. Há outras confusões clássicas invariavelmente em jogo, como aquela que parece convergir equivocadamente o populismo ao popular. Com efeito, ser popular não tem absolutamente nada a ver com ser populista, do mesmo modo que se quer entender que populista e demagógico são qualidades de ações políticas necessariamente distintas.

Bolsonaro no poder

Em certa medida, por mais difícil que seja admitir isso a quem esteja fortemente determinado em sua moldura de mundo por ideologias contrárias às que levaram Bolsonaro ao poder como presidente da República, sua eleição foi mesmo uma forma de resistência. Expressou-se no voto a vontade de boa parte do eleitorado que queria resistir ao poder que se constituía há quase 14 anos no Brasil e que, em sua hegemonia, viu-se ameaçado por condenações em processos penais, delações premiadas e denúncias de fraudes, mal feitos, corrupção e uma série de outros delitos contra os quais a opinião pública reagiria dando resposta nas urnas, como de fato ocorreu.

Nesse sentido, os fatos reforçam a noção teórica de que a política surge mesmo da resistência e não da dominação. O poder exercido pela dominação seria um poder não político, tanto quanto não democrático. Só se faz política da negociação, da arte de sensibilizar a adesão de auditórios a causas nas quais se acredite ou se queira ver prevalecer, pelas mais diversas razões práticas. Ideias como estas foram exaustivamente tratadas de um modo inovador no final dos anos 50, por Perelman (1999) e sua auxiliar Lucie Olbrechts-Tyteca, quando delimitaram as condições argumentativas do discurso no objetivo de buscar esta adesão dos auditórios aos quais um orador se dirige.

Na concepção de toda Escola de Essex, há um primado na política sem que a institucionalização cesse as potências de grupos que se insurgem contra o poder hegemônico. O que temos visto no Brasil e em boa parte dos governos tanto de direita quanto de esquerda na Euroásia e na América Latina é justamente um conjunto de tentativas de cercear a força de instituições e coibir a ação de insurgentes.

É razoável que os pós-estruturalistas encontrem a aproximação com a Psicanálise para explicar (erklären) ou minimamente compreender (verstehen) os fenômenos políticos, entre eles, o fenômeno do populismo. Dizemos “razoável” porque se a percepção é uma forma (cognitiva) como parece ser a Laclau, Rancière e outros autores, nenhum conhecimento em ciência, ou saber formal, parece mais contributivo à clareza sobre os funcionamentos dos processos de adesão a uma ideia (tão essencial no fazer político) quanto o campo do saber que tem nisso seu próprio objeto de estudo: a Psicanálise.

A Psicanálise decifra os mecanismos pelos quais a mente escolhe, decide, constrói realidades e nelas acredita. No seu conjunto de postulados está a presença clara dos mecanismos em linguagem que se referem ao afeto e a uma motivação capaz de levar um conjunto de pessoas heterogêneas a seguir um mesmo líder, devido sempre a um processo que reconhecemos como de identificação política e que podemos traduzir enquanto possibilidade de haver algo em comum.

O que os eleitores de Bolsonaro encontraram em comum, para votar nele para presidente, não é uma pergunta de difícil resposta. A alternativa de Bolsonaro era a concreta alternativa de mudança, tão atrelada sempre ao afeto dos eleitores cujas expectativas não estavam sendo atendidas por quem estava no exercício do poder.

A decisão de votar em Bolsonaro pode ter sido a expressão de um desejo de ver atendidas demandas negadas ou não reconhecidas pela hegemonia dos partidos de esquerda naquele quadro pré-eleições de 2018. O país reclamava combate à corrupção, esta então, personificada em diversas personalidades políticas à época, acusadas, condenadas e presas, entre tesoureiros do partido do governo, publicitários responsáveis por suas campanhas eleitorais, gestores públicos, políticos, empresários, empreiteiros e engenheiros, todos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). A Petrobrás envolvia-se no escândalo de corrupção de maior magnitude do mundo, tendo a cúpula do governo por trás de suas decisões e envolvendo políticos de praticamente todos os partidos. O Brasil começava a enxergar a corrupção endógena e generalizada e crescia um descrédito nacional em tudo que envolvia as formas tradicionais de fazer política.

Enquanto o candidato da esquerda, Fernando Haddad, naquelas eleições presidenciais de 2018 visitava, na prisão, e com relativa frequência, o ex-presidente Lula, seu mentor político e correligionário, e aproximava sua imagem a tudo o que o país parecia rejeitar em sua maioria, como se viu depois nas urnas, Bolsonaro se beneficiava do incidente de ter sido esfaqueado por um fanático durante a campanha e ter se tornado o símbolo maior da luta contra a violência. Enquanto Bolsonaro teve a habilidade de traduzir as demandas sociais heterogêneas em significantes vazios, prometendo mudança, o seu principal oponente representava o continuísmo e prometia subsidiar, como apelo ao povo, o vale gás às famílias de baixa renda, e fazia desta estratégia sua forma de direcionamento discursivo nos últimos dias de campanha para presidente.

A eleição de Bolsonaro pode ser entendida como subversiva à manutenção do *status quo* que se estabelecia no Brasil desde o começo dos anos 2000, entendido que “(...) o populismo se apresenta como subversivo (...) para uma reconstrução mais ou menos radical de uma nova ordem sempre que a ordem anterior foi abalada.” (LACLAU, 2013, p.255). No entanto, isso não nos parece suficiente para que se enquadre o governo Bolsonaro como um governo populista.

Ora sabemos que não são todos e quaisquer os fenômenos políticos que se possa chamar de populistas. Há, provavelmente, uma variação entre exercícios de democracia com maior e com menor grau de populismos. Há marcas de populismos em Bolsonaro, como esta que identificamos acima, de ter funcionado como rejeição ao que estava estabelecido no poder e que vinha se mantendo no quadro político por mais de uma década. No entanto, só poderíamos continuar a classificá-lo como populista, se em certa medida, estivéssemos ainda apegados aos modelos clássicos e pejorativos do conceito, mas também aí, neste caso, esta adesão não nos parece ser absoluta. Nem sempre Bolsonaro falou ao povo. O seu discurso de posse pode ter tido algumas marcas nesta direção, mas não se sustenta nessa tipologia. E como aprendemos com Laclau (op.cit.), o populismo não é uma tipologia, mas uma condição da própria dinâmica da política.

Ao longo deste primeiro ano de mandato, Bolsonaro deu às costas a muitas das demandas inscritas nos anseios da população brasileira. Sua agenda seguiu a prioridade da agenda econômica, dos interesses internacionais e corporativos, da agenda neoliberal, ainda que seu governo tenha sido fiel a boa parte de suas ideias defendidas durante a campanha, como quando depois de eleito defendeu a ilicitude penal ampliada a policiais que sejam acusados da morte acidental de pessoas inocentes no combate ao crime e a maiores direitos ao porte de arma por civis, ou quando, como presidente, persistiu no propósito de reduzir as brechas legais para beneficiar criminosos, colocando-se sempre ao lado de seu melhor avaliado, o ministro da Justiça Sergio Moro.

Em alguns dos pontos de sua plataforma política, Bolsonaro retrocedeu. Por exemplo, seu governo não foi tão contrário à política de coalizão como ele defendera que seria. Foi preciso ceder e articular com os parlamentares, em busca de apoio, desde logo cedo. Fazer a velha política. Não fossem emendas liberadas aos deputados e um conjunto de acertos com os senadores, logo nos primeiros seis meses de governo, a Reforma da Previdência jamais teria tido a

aprovação que teve. Em que pese a impopularidade das medidas, a maior marca representativa da contradição entre o discurso de campanha e a prática do poder se deve, provavelmente, já na largada de seu governo, quando anunciava a redução drástica no número de ministérios, o que não se confirmou.

As reformas políticas promovidas por seu governo, neste primeiro ano de mandato, dão conta de uma evidente diferença de tratamento aos interesses de grupos distintos. É o caso dos privilégios mantidos aos militares e outras categorias, como do Judiciário, por ocasião da Reforma da Previdência ou mesmo o tratamento distintivo dado aos partidos com a destinação de mais de R\$ três bilhões de reais para o Fundo Partidário justamente num momento em que seu governo reclamava austeridade e corte nos gastos públicos e chamava à contribuição toda sociedade brasileira, que deveria, na visão do governo, “compreender as necessidades das reformas”. Todo este conceito é fundamental para se compreender o fenômeno político da ação do governo e de seu presidente eleito, uma vez que na teoria do discurso de Laclau, como para toda a compreensão pós-estruturalista, os discursos se fazem sentir em suas forças desde sua história e seu contexto e não como pensou a tradição linguística, enquanto apenas marcas enunciativas extraídas de um momento quase sempre meramente ideal de fala.

O populismo tem sempre um corte antagônico entre as demandas diversas do povo (a unidade na diversidade que o constitui) e que se traduz invariavelmente num significante vazio, numa espécie de signo ou marca e que não tem exatamente um só significado, mas acaba valendo para representar e referir a muitas coisas, fazendo parecer à diversidade de demandas, que todas estejam contempladas na unidade que este signo produz ou oferece.

Na eleição que levou Bolsonaro ao poder, este significante foi construído. Simbolicamente estruturado por quem exigia “segurança”. A palavra segurança foi o apelo afetivo a 55,1% do eleitorado brasileiro. Para alguns, esse significante estava relacionado ao significado de armar mais as polícias e combater o crime, um significado de primeridade do signo. Para muitos outros, estava representado que o país estaria “seguro” contra o que se temia serem “aspirações da esquerda para o Brasil” e a perpetuação de seu domínio. Para outros ainda, a ideia de “segurança” pareceu estar vocacionada a um combate à corrupção, com a estabilidade de valores como a moral ou a família. Havia outras demandas, por certo, igualmente amparadas por este mesmo significante. Por esta razão, “segurança” se tornou um

significante vazio, nos termos laclauianos, uma vez que significava tudo e não significava exatamente nada.

Quanto mais um discurso consiga atrelar significados de demandas populares a um significante nesse sentido e que por isso mesmo se torna vazio, mais este discurso soará simbolicamente perfeito porque sintonizado com as expectativas de quem o acolhe, ouve e interpreta. Há razões evidentemente psíquicas para este comportamento humano. A Psicanálise dá conta de explicar a maior parte delas. Mas na psicologia, em especial, há um estudo singular e representativo, desenvolvido e apresentado em 1957, pelo psicólogo estadunidense Leon Festinger, relativamente ao que chamou de Teoria da Dissonância Cognitiva. Por suas investigações, chegou-se a conclusões reveladoras, como a de que os sujeitos tendem a consentir com posições que escutam apenas à medida que já estejam de certa forma condicionados a aceitá-las previamente. Teríamos, assim, uma tendência a rejeitar tudo aquilo para o que não estamos ainda preparados a compreender, aprender ou aceitar.

Um governo populista seria, nessa medida, aquele que se mostre capaz de ouvir essas posições e traduzi-las em resposta aos anseios da população, de modo a parecer que estejam concordando com ele em função de suas ideias, quando na verdade, se está apenas devolvendo ao povo o que ele mesmo anseia ouvir. Por muito tempo, isso foi feito com base apenas numa retórica específica, velha conhecida dos eleitores e da classe política e que, em regra, já nem funciona mais. Se hoje os políticos ainda se ocupam desse expediente e logram sucesso nas eleições a que se submetem é, muito provavelmente, porque suas ações de linguagem se voltaram a outras formas de dar a este povo a visibilidade dessa sintonia, e porque evitam graus de dissonância. Quando na disputa pela reeleição, concorrendo ao seu segundo mandato, a candidata Dilma Rousseff, por exemplo, recuou de declarações que teria dado à imprensa dizendo-se favorável ao aborto. Pressionada por uma legião de potenciais eleitores, a maioria deles de denominação evangélica, e contando com seu apoio nas urnas, voltou atrás e se disse neutra neste debate.

Efetivamente, Bolsonaro não tem tido essa vocação no exercício do seu primeiro mandato. Suas desastrosas declarações públicas, suas antecipações de posicionamento sobre questões que dividem a opinião pública brasileira, entre outras atitudes, quase sempre radicais, o colocam distante do enquadramento populista, fazendo parecer que ele carrega de fato o antagonismo de quem

tem aproximações, mas, também significativos afastamentos em relação a uma política populista. Um presidente populista jamais emite opiniões que reconheça conflitantes porque ele sabe que precisa da heterogeneidade que constitui o povo, até mesmo da ausência que se faz sentir entre aqueles cujas aspirações não pareçam contempladas.

Considerações

Um povo nunca é um conjunto dado de pessoas. É sempre uma construção projetada de sujeitos, como fosse um referente, para quem as demandas não são isoladas nem identificáveis como sendo desta ou daquela parte da população. O povo, para Laclau, é um ator histórico (LACLAU, 2003, p. 319). Dentro da teoria do discurso de Laclau as singularidades só valem em razão de seu universalismo. Daí que o que nos interessa são as manifestações políticas em si mesmas, no dinamismo das práticas e seus atores políticos, que encontram nas suas singularidades apenas ilustrações de sua existência e manifestação fenomenológica. Jamais um instrumentalismo determinista.

Nesse sentido, as partes são o todo e até em certa medida maiores que ele mesmo. Mas valem pelo seu conjunto. A universalidade, no dizer do próprio Laclau, está “sempre presente” (idem). A história é esse descontínuo infinito de eventos sucessivos e os povos resistem a ser descritos por qualquer teleologia, como explica o próprio autor, apoiado em Hegel. O mais importante, para entender a noção de povo em Laclau e dela derivar a ideia de populismo é mesmo a compreensão de que a categoria “povo, como ator histórico, é assim, sempre transgressiva em relação à situação precedente” (LACLAU, 2013, p.324). Eis a condição estrutural da categoria de povo, que aliada a contingências históricas, chamadas de “condições” pelo autor, nos fazem perceber que precisamos cada vez mais de formas políticas capazes de agregar e reagregar o social, pendendo sempre mais para a heterogeneidade.

Um governo populista, enquanto manifestação do fenômeno dinâmico que o constitui e não enquanto mera classificação tipológica tem, necessariamente, que atuar na direção desse reagrupamento. Eis a contradição maior que se pode encontrar no exemplo do bolsonarismo. Seu governo jamais abandonou a clássica divisão entre “nós e eles”, e não tem sido a expressão dos anseios legitimamente populares. Não apenas por sua popularidade em queda franca, (hoje já menos

aprovado na aceitação popular, segundo as pesquisas recentes, do que os últimos três presidentes, comparativamente, em seus primeiros anos de mandato) mas por várias outras questões. Governa para os seus. Dá as costas aos jornalistas quando uma pergunta é feita e ele não quer responder nem tratar do assunto. Mudou de partido em apenas oito meses de governo. Fundou o seu próprio partido. Rompeu com apoiadores que atuavam como líderes no Congresso. Bolsonaro não dialoga com a diferença, nem parece reconhecer a ausência como uma presença, que no caso, se entenderia, daqueles que não se encontram legitimamente reconhecidos em seu discurso e em seu modo de governar.

O antagonismo do governo Bolsonaro não é o das demandas ressignificadas em um significante vazio. Seu antagonismo é com todas as demandas contrárias à ideologia circular e fechada de direita, voltado que ele está ao cumprimento da expectativa de grupos específicos em relação a suas decisões e ações políticas.

Quando no século XXI estamos falando em populismo, não estamos mais definitivamente falando de um populismo social ou de valores nacionais populares, como foram o fascismo, o getulismo e outros “ismos” históricos. Hoje temos que admitir uma forma de populismo que se encontra em Trump tanto quanto em Putin, em Maduro, como em Erdogan. Populismo se tornou sinônimo de mediação de crises, não de luta de classes, mas de algo próprio da política e por isso mesmo, pós-estrutural. Nele, os antagonismos (ou mesmo os agonismos, na classificação de Laclau e Chantal Mouffe, 1985) surgem a todo instante e flutuam em significações diversas e nas contradições perfeitamente coerentes com a liquidez do mundo pós-moderno. E por isso mesmo elas se mostram tão exóticas, grotescas e absurdas, quanto incompreensíveis à lógica formal.

Mendonça (2003) reforça que na Teoria do Discurso a noção de antagonismo representa um papel central. Apoiado em Mouffe e Laclau, o autor frisa que o antagonismo é “a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, a toda formação discursiva” (MENDONÇA, 2003, p.138) pelo que se reconhece que a produção de sentido pelo discurso é sempre precária, contingente e limitada, segundo ele.

Bolsonaro parece mostrar que deseja governar para um Brasil imaginário sem fraturas, sem faltas ou fissuras, homogêneo de interesses e vontades. Um Brasil uniforme, como toda ideologia militarista sempre foi. Incapaz de reconhecer a heterogeneidade. Isso representa como se apagasse o antagonismo,

essencial à emergência do que Laclau chama de “povo” e que tem justamente na heterogeneidade a sua principal condição. Entendido como fenômeno político e uma característica própria de sua dinâmica e não enquanto uma tipologia de governar, o populismo desde Laclau se apresenta como uma dimensão lógica e, portanto, racional de fazer política.

Referências

FESTINGER, Leon. **Teoria da Dissonância Cognitiva**. In: PAES LOPES, Felipe Tavares e BARROS FILHO, Clóvis de. **Teoria da Comunicação em Jornalismo**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. **Hegemony & Socialist Strategy : Towards a Radical Democratic Politics**. London. Verso, 1985.

MENDONÇA, Daniel de. **A Noção de Antagonismo na Ciência Política Contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso**. In: *Sociologia Política*. Número 20. jun. 2003, pp 135-145.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1999.